



# DOCUMENTO BASE

2019

SGQ – SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE  
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALMEIRIM

Cofinanciado por:

## Objetivo global do documento:

1. Apresentar o compromisso da instituição com o Sistema de Garantia da Qualidade;
2. Definir a política de qualidade da Organização;
3. Identificar as mudanças a implementar.

## ÍNDICE

1.	Enquadramento e metodologia utilizada no processo de alinhamento .....	2
2.	Apresentação da Instituição .....	4
2.1.	Natureza e enquadramento (PROJETO EDUCATIVO) .....	4
2.2.	Missão, Visão e objetivos estratégicos.....	6
2.3.	Estrutura orgânica (organograma) e cargos associados (estrutura de cargos).....	10
2.4.	Stakeholders relevantes .....	11
2.5.	Identificação da oferta formativa (presente ano letivo e dois anteriores), a saber: cursos existentes com identificação da tipologia dos cursos, designação, nº total de turmas, nº de alunos por ano e por género.....	14
3.2	Apresentação de metodologias para o envolvimento/participação dos stakeholders (nível de intervenção / momentos em que ocorrerá o contacto (diálogo) .....	16
3.3	Medidas a tomar (Plano de Ações de Melhoria) .....	17
3.4	Revisão e avaliação do documento base.....	17
4	Sistema de Garantia da Qualidade (SGQ).....	18
4.1	Explicitação das fases .....	18
4.2	Definição dos objetivos e metas a alcançar (a um e a três anos).....	18
4.3	Definição do conjunto de indicadores a utilizar .....	18
4.4	Identificação das práticas de gestão a utilizar face aos objetivos e metas a alcançar.....	19
4.5	Identificação das práticas de gestão a utilizar face aos objetivos e metas a alcançar.....	20
4.6	Explicitação das metodologias de recolhas de dados e feedback.....	21
4.7	Explicitação da estratégia de monitorização de processos e resultados .....	21
4.8	Explicitação das metodologias para análise dos resultados alcançados e definição das melhorias a introduzir na gestão da escola.....	22
4.9	Definição da informação a disponibilizar relativa à melhoria contínua da oferta de emprego e formação profissional, sua periodicidade e formas de divulgação .....	22
4.10	Fragilidades e fatores chave de sucesso.....	22
	ANEXO 1 Indicadores recolhidos pela avaliação interna que poderão servir de suporte a ações de melhoria a aplicar no Ensino Profissional da Escola.....	23

## Conteúdo:

### 1. Enquadramento e metodologia utilizada no processo de alinhamento

Através da Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de Ministros da União Europeia e do Conselho de 18 de junho de 2009, foi concebido o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (Quadro EQAVET).

Este dispositivo, de incentivo à melhoria do Ensino e Formação Profissional (EFP) no espaço europeu, coloca, ao dispor das autoridades e dos operadores de EFP, ferramentas comuns para a gestão da qualidade.

A promoção da confiança na qualidade da formação mútua, da mobilidade de trabalhadores / formandos e da aprendizagem ao longo da vida são os pilares do referencial EQAVET.

O EQAVET é um instrumento de adoção voluntária, que possibilita a documentação, o desenvolvimento, a monitorização, a avaliação e a melhoria da eficiência da oferta de EFP e a qualidade das práticas de gestão, recorrendo a processos de monitorização regular e autorregulação (interna e externa) dos progressos conseguidos.

O ciclo de qualidade do EQAVET a implementar inclui quatro fases interligadas:

- Planear;
- Implementar;
- Apreciar e avaliar;
- Ajustar.

No decorrer destas quatro fases, onde se analisam os indicadores de processo, deve ser conseguido um diálogo institucional e uma aplicação interativa do ciclo de garantia e melhoria – pilares de desenvolvimento da melhoria contínua da oferta de EFP.

Dado que os indicadores são um pilar fundamental na definição e implementação de um processo de garantia da qualidade alinhado com o EQAVET, a ANQEP selecionou os seguintes a partir dos que integram o Anexo II à Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009, que criou este mesmo Quadro de Referência:

- 4(a). Taxa de conclusão em modalidades de EFP.
- 5(a). Taxa de colocação após conclusão de modalidades de EFP.
- 6(a). Utilização das competências adquiridas no local de trabalho: informação sobre o emprego obtido pelos formandos após conclusão da formação.
- 6(b3). Utilização das competências adquiridas no local de trabalho: taxa de satisfação dos formandos e dos empregadores com as competências/ qualificações adquiridas.

No sentido de confirmar o compromisso da nossa organização escolar com a qualidade do ensino que ministra, requeremos que essa qualidade seja reconhecida e certificada externamente. Na persecução deste objetivo, junto da ANQEP, pretendemos obter a certificação EQAVET.

Cofinanciado por:

### 1.1. Fase de Planeamento

O planeamento reflete uma visão estratégica partilhada por todos os stakeholders e inclui os objetivos, as metas e as ações a desenvolver.

Esta fase parte da reflexão organizacional sobre “onde nos situamos” e na definição de “onde desejamos estar” e “quando”. Para concretizar esta autorregulação, é necessário o recurso a descritores indicativos de apoio à decisão da eficácia das práticas atuais e de identificação de estratégias futuras.

Os objetivos e as metas são definidos e monitorizados através da consulta sistemática e sistematizada de stakeholders, de uma explicitação clara das responsabilidades na gestão e no desenvolvimento da qualidade e ainda no envolvimento precoce de todos os stakeholders internos e externos em todo o processo de desenvolvimento da garantia de qualidade.

### 1.2. Fase de Implementação

Esta fase implica a comunicação dos objetivos e metas definidos a todos os intervenientes.

A eficácia do envolvimento dos stakeholders internos depende não só da sua sensibilização para os reconhecidos benefícios da organização e implementação do processo de certificação da qualidade, mas também da clarificação da relevância do papel de cada um nesse processo. Assume-se, por isso, a importância da formação, quer inicial, quer regular, dos recursos humanos da organização.

Em simultâneo, deve desenvolver-se uma cooperação contínua com os stakeholders externos no sentido de apoiar e reforçar a capacidade de melhoria contínua da qualidade da oferta formativa existente na organização, assente em parcerias relevantes que apoiem as ações planeadas.

É definido um plano de ação, que decorre do documento base, que contemple os objetivos, as metas, as atividades a desenvolver e a respetiva calendarização, as pessoas a envolver e respetivos papéis e responsabilidades, os recursos a afetar, os resultados esperados e as estratégias de comunicação/divulgação, necessários à implementação do sistema de garantia da qualidade.

### 1.3. Fase da Avaliação

A avaliação de resultados e processos é viabilizada pela definição clara de metas, objetivos e pela atribuição de responsabilidades de operacionalização, monitorização e avaliação.

Realizada de acordo com os timings definidos no plano de ação, a avaliação possibilita uma análise sistemática dos dados recolhidos, identificando as melhorias necessárias e os mecanismos para as concretizar.

Pela conjugação da recolha e da análise dos dados efetuada, tendo por base os níveis de satisfação, as sugestões e/ou opiniões apresentadas, é possível caminhar para uma melhoria efetiva dos resultados e dos processos definidos.

#### 1.4. Fase da Revisão

Pretende-se elaborar planos de ação adequados à revisão das práticas existentes e colmatar as falhas identificadas, no sentido de uma melhoria contínua, com base nos resultados da avaliação. Esta fase possibilitará uma análise revigorada da estratégia seguida, recolhendo impressões sobre as experiências individuais de aprendizagem e do processo de ensino/aprendizagem, a par de análises, contextualizadas pelas fases anteriores, dos processos internos de gestão da oferta de EFP.

Estes procedimentos de recolha de feedback e de revisão fazem parte de um processo estratégico de aprendizagem da organização, que a guie numa melhoria contínua da formação aí ministrada, servindo como aprendizagem contínua e input para futuros planeamentos.

## 2. Apresentação da Instituição

### 2.1. Natureza e enquadramento (PROJETO EDUCATIVO)

O Concelho de Almeirim é dotado de elevada centralidade. Tem 4 freguesias e cerca de 18 lugares. Ocupa uma área de 223 Km<sup>2</sup>. Está inserido na NUT III Lezíria do Tejo e através do Rio Tejo, Almeirim goza de uma certa centralidade geográfica e acessibilidades que a têm colocado no centro do desenvolvimento económico da região.

Segundo o estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificações na Região da Lezíria do Tejo, resultado de um trabalho efetuado num focus-Group, em cada município pertencente à Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT, observa-se que a população absoluta, em 2016 era de 22912 habitantes, estando patente o envelhecimento do concelho, mas com a taxa de desemprego a diminuir desde 2011 à data de 2016 (valor apurado pela evidência na redução de desempregados inscritos nos centro de emprego). Destaca-se que a sua população jovem (entre os 15 e os 24 anos) representa 13,3% da Lezíria do Tejo, o que é significativo e se constitui como um desafio ao Agrupamento de escolas de Almeirim, na construção de respostas educativas e formativas relevantes.

Dado que o Agrupamento de escolas de Almeirim tem tido sucessivamente um número de alunos a rondar os 2400, podemos afirmar que existe impacto direto da sua intervenção educativa e formativa, em 10% da população do concelho e se considerarmos os pais e encarregados de educação desses alunos, a abrangência torna-se ainda mais significativa.

De forma a contribuir positivamente na construção de projetos de vida, apostando na qualidade e abrangência de alternativas e possibilidades que passem pela formação no âmbito dos cursos científico-humanísticos, quer pela formação e qualificação de nível 4. De referir que este tipo de

percurso de dupla certificação, tem sido uma aposta consolidada do Agrupamento. A mesma assenta numa dinâmica interna e logística educativa/formativa e financeira (atendendo a que os cursos profissionais tem sido candidaturas elegíveis para financiamento no âmbito do POCH), existindo uma prática instituída e consolidada num ponto de contacto de parceria e de articulação com as entidades empregadoras do concelho e da região. É de realçar que os níveis de qualificação profissional têm registado uma evolução positiva nos últimos anos, em que a percentagem de população com o ensino médio e superior do concelho aumentou.

O Agrupamento constitui-se como um dos atores de promoção da região no que à educação e formação diz respeito, com vista a par com outras instituições locais, regionais e nacionais, através da missão, valores e finalidades que lhe estão atribuídas, também contribuir para a inclusão e integração interna e social da população que abrange.

A constituição do Agrupamento de Escolas de Almeirim foi realizada por iniciativa da Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT), com o apoio da Autarquia. Foi homologado a 28 de junho de 2012 e resultou da agregação do Agrupamento de Escolas Febo Moniz de Almeirim com a Escola Secundária da Marquesa de Alorna, após várias reuniões preparatórias, em que participaram direções das unidades envolvidas, representantes do Ministério da Educação, da Câmara Municipal de Almeirim e Associação de Pais.

O Agrupamento é composto por um total de 9 estabelecimentos de ensino, sendo a Escola Secundária da Marquesa de Alorna a sede do Agrupamento.

Cofinanciado por:

Estabelecimentos	Jl Benfica do Ribatejo	EB Benfica do Ribatejo	EB Cortiçóis	Jl nº1	Jl nº3	EB Charcos	EB Almeirim	EB 2/3 Febo Moniz	E.S. da Marquesa de Alorna
Localização na Freguesia	Benfica do Ribatejo			Almeirim					
Nível de ensino	Pré-escolar	1º Ciclo	1º Ciclo	Pré-escolar	Pré-escolar	Pré-escolar		2º Ciclo	3º Ciclo
						1º Ciclo	1º Ciclo	3º Ciclo	Secundário

## 2.2. Missão, Visão e objetivos estratégicos

### VISÃO E MISSÃO

O AEA pretende ser um espaço privilegiado para o desenvolvimento cívico e promoção da educação para a cidadania, procurando a colaboração de toda a comunidade educativa, em que o empenho de cada um possa contribuir para a valorização/satisfação individual e da comunidade.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 54/2018 de 6 de julho, atualmente a tónica assume um cariz de intervenção universal, onde se procura “garantir que o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória seja atingido por todos, ainda que através de percursos diferenciados, os quais permitem a cada um progredir no currículo com vista ao seu sucesso educativo”.

Tendo como lema “formar para o futuro”, o Agrupamento de Escolas de Almeirim (AEA) deverá assegurar uma educação/ensino integral e de qualidade aos seus alunos. Desde o pré-escolar ao ensino secundário deverá ser proporcionada uma formação com base na aquisição de competências de nível, na valorização do relacionamento interpessoal, na cooperação e no desenvolvimento do espírito crítico e de capacidades que permitam responder aos desafios da sociedade. No final do ensino secundário os alunos devem estar preparados para prosseguir o seu percurso escolar no ensino superior ou para desempenhar uma atividade profissional com sucesso.

### PRINCÍPIOS E VALORES

O nosso projeto educativo rege-se pelos princípios e valores consignados na Lei de Bases do Sistema Educativo, nomeadamente no seu artigo 3.º e no regime de autonomia, administração e

gestão dos estabelecimentos públicos do ensino básico e secundário, particularmente no artigo 4.º.

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)

Artigo 3.º - Princípios organizativos

O sistema educativo organiza-se de forma a:

- a) Contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do Mundo;
- b) Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação de carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;
- c) Assegurar a formação cívica e moral dos jovens;
- d) Assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projetos individuais da existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas;
- e) Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica, para a ocupação de um justo lugar na vida ativa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação;
- f) Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis, mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres;
- g) Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes;
- h) Contribuir para a correção das assimetrias de desenvolvimento regional e local, devendo incrementar em todas as regiões do País a igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência;
- i) Assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que procuram o sistema educativo por razões profissionais ou de

Cofinanciado por:



- promoção cultural, devidas, nomeadamente, a necessidades de reconversão ou aperfeiçoamento decorrentes da evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos;
- j) Assegurar a igualdade de oportunidades para ambos os sexos, nomeadamente através das práticas de coeducação e da orientação escolar e profissional, e sensibilizar, para o efeito, o conjunto dos intervenientes no processo educativo;
  - k) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril (regime de autonomia, administração e gestão), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho

Artigo 4.º - Princípios orientadores e objetivos

Ponto 1: No quadro dos princípios e objetivos referidos no artigo anterior, a autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas organizam-se no sentido de:

- a) Promover o sucesso e prevenir o abandono escolar dos alunos e desenvolver a qualidade do serviço público de educação, em geral, e das aprendizagens e dos resultados escolares, em particular;
- b) Promover a equidade social, criando condições para a concretização de igualdade de oportunidades para todos;
- c) Assegurar as melhores condições de estudo e de trabalho, de realização e de desenvolvimento pessoal e profissional;
- d) Cumprir e fazer cumprir os direitos e os deveres constantes nas leis, normas ou regulamentos e manter a disciplina;
- e) Observar o primado dos critérios de natureza pedagógica sobre os critérios de natureza administrativa nos limites de uma gestão eficiente dos recursos disponíveis para o desenvolvimento da sua missão;
- f) Assegurar a estabilidade e a transparência da gestão e administração escolar, designadamente através dos adequados meios de comunicação e informação;
- g) Proporcionar condições para a participação dos membros da comunidade educativa e promover a sua iniciativa.

**METAS, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS**

Cofinanciado por:

Na construção deste projeto educativo, nomeadamente na definição de objetivos, metas e respetivas estratégias, não estão contempladas mudanças sociais, culturais, tecnológicas e legislativas de carácter imprevisível. Contudo, o Agrupamento assume-se como uma instituição ajustada ao seu tempo e ao seu espaço.

- Pretende-se preparar a Escola para dar resposta a alterações legislativas recentes, nomeadamente no que diz respeito à alteração de paradigma decorrente da publicação dos seguintes documentos:
  - Despacho n.º 6478/2017 de 26 de julho de 2017, que homologa o “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” (publicitado no sítio da Direção-Geral da educação – DGE);
  - Decreto-Lei nº 54/2018 (substitui o Decreto-Lei nº 3/2008) que estabelece os princípios da educação para a inclusão;
  - Decreto-Lei nº 55/2018 que estabelece os princípios orientadores do Currículo dos ensinos Básico e Secundário.

As alterações inscritas na legislação referida, simultaneamente convergem para fomentar o alcance das competências (combinações complexas de conhecimentos, capacidades e Atitudes), enunciadas no “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” e que são:

- Linguagens e textos;
- Informação e comunicação;
- Raciocínio e resolução de problemas;
- Pensamento crítico e pensamento criativo;
- Relacionamento interpessoal;
- Desenvolvimento pessoal e autonomia;
- Bem-estar, saúde e ambiente;
- Sensibilidade estética e artística;
- Saber científico, técnico e tecnológico;
- Consciência e domínio do corpo.

A estas competências, acresce considerar a realidade observada, constituindo-se como dados a ter em conta na concretização do legislado, nomeadamente, a heterogeneidade de perfis dos alunos (aprendizagem e relacionamento interpessoal); a crescente dificuldade de acompanhamento e comprometimento parental/familiar na vida escolar e no processo educativo

dos seus educandos e prolongamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos (Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto, art. 6º) com as restrições à frequência introduzidas pelo diploma.

Os aspetos enunciados constituem-se desafios acrescidos que exigem no presente novas soluções curriculares, pedagógicas, relacionais, de liderança e de gestão, de forma a antecipar o futuro. Tendo em conta a análise efetuada a contextos internos e externos, em consonância com a Carta de Missão consideram-se os seguintes objetivos:

- Fomentar/ desenvolver um espírito uno de Agrupamento e para a educação inclusiva;
- Promover a formação;
- Aumentar os índices de sucesso;
- Incrementar a ligação à comunidade;
- Gerir eficazmente os recursos.

Integrando as considerações acima tecidas, inscreveram-se no quadro que se segue as metas e estratégias delineadas. As mesmas procuram potenciar de forma sinérgica oportunidades e aspetos positivos e simultaneamente minimizar as desvantagens e os aspetos menos favorecidos detetados.

### 2.3. Estrutura orgânica (organograma) e cargos associados (estrutura de cargos)

#### a) Conselho Geral

- Representantes do pessoal docente – 7 elementos
- Representantes do pessoal não docente - 2 elementos
- Representantes dos pais e encarregados de educação – 4 elementos
- Representantes do município – 3 elementos
- Representantes da comunidade Local - 4 elementos, nomeadamente: E-Mov Almeirim; Associação de comerciantes de Almeirim; CPCJ; Rotary Clube de Almeirim
- Representantes dos alunos do ensino secundário ou maiores de 16 anos – 2 elementos

#### b) Diretor

#### c) Conselho Pedagógico

- O Diretor que é, por inerência, o presidente;
- Coord. do Departamento Pré-escolar
- Coord. do Departamento do 1º Ciclo
- Coord. do Departamento de Línguas
- Coord. do Departamento de Ciências Sociais e Humanas
- Coord. do Departamento de Matemática e Ciências Experimentais)
- Coord. do Departamento de Expressões
- Coord. do Departamento de Educação Especial
- Representante dos Serviços de Psicologia e Orientação
- Coord. de Projetos e AEC

Cofinanciado por:

- Coord. da BECRE
- Coord. do 2.º Ciclo
- Coord. do 3.º Ciclo
- Coord. do Secundário
- Coord. dos Cursos Profissionais
- Representante de PIEF
- Representante dos Coord. de Estabelecimento

d) Conselho Administrativo

- O Diretor, que preside;
- A Subdiretora;
- A chefe dos serviços administrativos.

## 2.4. Stakeholders relevantes

As parcerias têm permitido o reforço dos recursos materiais e humanos no agrupamento de forma a facilitar a resolução de alguns problemas, assim como assumindo-se como parceiros na missão formativa, nomeadamente dos PIEF e Cursos Profissionais. Neste contexto existe um grupo alargado de empresas locais e regionais que nos têm dado todo o apoio no cumprimento de alguns objetivos inerentes sobretudo ao nível da formação profissional.

### - Organismos e Instituições

- Programa Operacional de Capital Humano (POCH);
- Associação de Pais e Associação de Estudantes

O Agrupamento conta com uma presente e disponível Associação de Pais, (designada como Associação de Pais do Ensino Oficial de Almeirim), assim como com sucessivas equipas de Associação de Estudantes que ao longo dos últimos anos tem vindo a revelar impacto positivo na dinâmica diária da escola sede.

- Centro de Formação da Lezíria do Tejo

Tem sido preocupação generalizada a promoção do desenvolvimento profissional de docentes e não docentes, através de formação formal e informal, interna e externa, pelo que se confere particular destaque ao Centro de Formação da Lezíria do Tejo, que tem sido um parceiro privilegiado ao nível da formação externa.

- Câmara Municipal de Almeirim (CMA);
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);

Cofinanciado por:

- Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT);
- Instituto Politécnico de Santarém;
- Centro de Saúde de Almeirim;
- Escola Segura;
- Bombeiros Voluntários de Almeirim
- Rotary Club Almeirim
- Santa Casa de Misericórdia de Almeirim;
- Juntas de freguesia do concelho;

### **Parceiros de FCT**

- Associação “20 Kms de Almeirim”;
- Bombeiros Voluntários de Almeirim;
- CRIAL – Centro de Recursos para a Inclusão (CRI);
- Footkart;
- Junta de freguesia de Almeirim;
- Junta de freguesia de Benfica do Ribatejo;
- Junta de freguesia de Fazendas de Almeirim;
- Junta de Freguesia da Raposa
- Almeirinese,
- Lar de São José
- Colégio Conde Sobral,
- Class 20
- Associação de Apoio às Famílias de Fazendas de Almeirim,
- Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almeirim,
- Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim,
- Posto de Turismo de Santarém,
- Plenotur -Agência de Viagens e Turismo, Lda.,
- Museu Diocesano de Santarém;
- Museu Municipal de Almeirim;
- Herdade da Hera;
- Posto de Turismo - Município de Almeirim;
- Bombeiros Municipais de Santarém - Município de Santarém;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Almeirim;

Cofinanciado por:

- Bombeiros Municipais de Alpiarça - Município de Alpiarça;
- Bombeiros Municipais de Coruche - Município de Coruche;
- Bombeiros Municipais da Chamusca - Município da Chamusca;
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
- União Futebol Club de Almeirim;
- Associação Desportiva Fazendense;
- Ginásio Scopus;
- Piscinas Municipais;
- Vitória Clube de Santarém;
- CRIAL -Centro de Recuperação Infantil de Almeirim;
- FutAlmeirim;
- Município de Alpiarça;
- Wellness & Fitness Club;
- Mexa Essas Pernas – Fit Club;
- Trindade, Lda.;
- Ana Maria Macedo- Pomar D’Almeirim;
- Grésdias - Comércio de Revestimentos e Pavimentos, Lda.;
- Design Aqui - Agência de Publicidade;
- Anage- Perfumaria de Jorge Manuel Mala Vicente, Unipessoal, Lda.;
- Adega Cooperativa de Almeirim
- IVONE’S de Ivone Maria da Silva Botas;
- M. Francisco, Moda e Vestuário;
- SDSR - Sports Division SR;
- Gonçalves & Grilo, Lda.;
- Agrovinal, AS;
- Ser Pinto – Serviços e Publicidade, Lda.;
- Galão Publicidade, Lda.;
- Tipografia Garrido;
- J. J. Artes Gráficas.
- Atlanthipotese, Lda.;
- INFORVIEW – Hardware e Software;
- FJMPC – Informática, Comércio e Serviços, Lda..

2.5. Identificação da oferta formativa (presente ano letivo e dois anteriores), a saber: cursos existentes com identificação da tipologia dos cursos, designação, nº total de turmas, nº de alunos por ano e por género

Cursos	17/18			18/19			19/20			Totais
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	
T - A - F - M										
Multimédia	0,5- 16-5- 11	0,5- 13-4- 9		0,5- 11-3- 8	0,5- 12-4- 8	0,5- 11-5- 6	0,5	0,5-8- 1-7	0,5- 11-4- 7	4-
Gestão de Equipamentos Informáticos		0,5- 18-3- 15	1-12- 12-0	0,5-8- 0-8		0,5- 13-3- 10		0,5-7- 0-7		3
Apoio à Infância	0,5- 14- 14-0		0,5- 13- 13-0	0,5- 13- 10-3	0,5- 10- 10-0		0,5- 13- 12-1	0,5- 10-8- 2	0,5-8- 8-0	3,5
Comércio	0,5- 13-5- 8			0,5- 12-5- 7	0,5-9- 4-5		0,5	0,5- 10-4- 6	0,5-6- 3-3	3
Desporto	0,5- 13-4- 9			0,5- 13-4- 9	0,5- 13-4- 9		1-26- 8-18	0,5- 14-3- 11	0,5- 12-3- 9	3,5
Turismo Ambiental e Rural		0,5- 11-9- 2	0,5- 12-8- 4			0,5- 11-9- 2	0,5- 10-3- 7			2
Animador sociocultural		0,5-3- 2-1				0,5-1- 1-0				1
Proteção Civil	0,5- 14-5- 9			0,5- 14-4- 10	0,5- 11-4- 7			0,5- 14-4- 10	0,5-8- 2-6	2,5
Apoio à Gestão Desportiva	0,5- 16-4- 12	1-19- 6-13	1-18- 6-12		0,5-9- 2-7	1-23- 6-17			0,5-7- 2-5	4,5

Com vista à concretização do definido no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (que estabelece a matriz de princípios, valores e áreas de competências a que deve obedecer o desenvolvimento do currículo), a oferta educativa e formativa do Agrupamento, engloba ensino pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, ensino secundário regular e tem proporcionado ao longo dos anos, ensino secundário profissional, indo prioritariamente de encontro aos interesses dos alunos e das suas famílias. Ciente de que a diversificação da oferta educativa e formativa se constitui como estratégia pedagógica no acesso ao currículo, na promoção do sucesso educativo, e mais recentemente com vista ao alcance das competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, o Agrupamento regista no seu histórico, a criação e implementação sucessiva, quer de Percursos Curriculares Alternativos (PCA), Cursos de Educação e Formação

(CEF), assim como Curso Vocacional (percurso atualmente extinto). De referir que, o trabalho desenvolvido de forma sistemática na antecipação e deteção de necessidades de abordagens pedagógicas e intervenções mais precoces, tem contribuído positivamente nos resultados obtidos, espelhando-se no facto de nos últimos anos, não ter havido população que possibilitasse e justificasse a sua criação.

De destacar que no Agrupamento também se desenvolve o Programa de Integração, Educação e Formação (PIEF), medida socioeducativa e formativa de inclusão adotada, de carácter temporário e excecional, percurso possível apenas quando esgotado o leque de outras estratégias e medidas de promoção da inclusão escolar.

No âmbito da Autonomia e Flexibilidade Curricular, o Agrupamento inicia o seu percurso no presente ano letivo (2018/2019), com o 1.º, 5º, 7º de escolaridade, encontrando-se em fase de construção, gestão e implementação do currículo, sustentado em trabalho que se pretende interdisciplinar e de articulação interciclos, na procura das “soluções adequadas aos contextos e às necessidades específicas dos seus alunos” com vista ao alcance das competências, atitudes e valores previstos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Para além da oferta educativa e formativa acima referenciada, e numa lógica de currículo integrado que proporcione diversificação de fontes de aprendizagem e de desenvolvimento de competências pelos alunos, o Agrupamento promove e desenvolve projetos, dinâmicas e iniciativas no âmbito de atividades de apoio ao currículo formal e informal, a fim de facilitar a existência de aprendizagens diversificadas e a melhoria da qualidade pedagógica. Para tal também recorre, nomeadamente a medidas, ações e projetos promovidos pelo Ministério de Educação e Ciência (MEC), Plano Nacional de Leitura (PNL), Rede de Bibliotecas Escolares

(RBE), Associação de Bandeira azul da Europa (ABAE) - programa ECO – Escolas, e no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional/ Programa Operacional Capital Humano (POCH) entre outros.

As atividades dos diferentes núcleos do Desporto Escolar são desenvolvidas nas EB Febo Moniz e Escola Secundária da Marquesa de Alorna (ESMA) e tem ido de encontro aos interesses e motivações dos alunos e articulam com estruturas e entidades da região.



### 3. 3.síntese descritiva da Instituição

#### 3.1. Diagnóstico da situação atual face aos referentes do processo (diagnóstico inicial)

No Agrupamento existe a preocupação constante de prestar um serviço educativo de qualidade em todas as modalidades de oferta formativa que coloca à disposição dos seus alunos. Esta qualidade pode ser monitorizada através do cumprimento de metas, objetivos e atividades definidos no seu Projeto Educativo.

A maioria dos formandos que têm frequentado Cursos Profissionais no Agrupamento, têm-nos concluído no tempo previsto, sendo esta informação monitorizada no final de cada Curso, através da análise das pautas de avaliação, e registada em ata nas reuniões de Conselho de Turma/ Curso. Esta informação é relevante já que corresponde a um dos indicadores exigidos pelos normativos que regulamentam o financiamento dos Cursos Profissionais pelo POCH.

A taxa de colocação destes formandos no mercado de trabalho, ou em instituições do Ensino Superior, após a conclusão dos Cursos, tem sido apurada, internamente, no primeiro caso, como através da análise dos dados divulgados pelo Portal Infoescolas, no segundo. O apuramento destas informações é feito no final de cada Curso.

No caso dos formandos que terminaram o seu Curso no ano letivo 2017/ 2018, a taxa de ingresso em instituições do Ensino Superior foi pouco significativa, sendo que no ano letivo seguinte essa taxa subiu.

Não tem sido prática da escola a avaliação da satisfação dos empregadores face aos formandos que integraram nos seus quadros, nomeadamente nas cinco dimensões sugeridas (Competências técnicas inerentes ao posto de trabalho; Planeamento e organização; Responsabilidade e autonomia; Comunicação e relações interpessoais; e Trabalho em equipa).

#### 3.2. Apresentação de metodologias para o envolvimento/participação dos stakeholders (nível de intervenção / momentos em que ocorrerá o contacto (diálogo)

No sentido de fomentar um maior envolvimento dos stakeholders no processo formativo dos nossos alunos, irems proceder a uma cerimónia de assinatura dos protocolos.

A intervenção dos *stakeholders* ocorrerá durante o processo de estabelecimento de parcerias e no decorrer da formação em contexto de trabalho. Também há intervenção de *stakeholders* no processo de avaliação da Prova de Aptidão Profissional. Durante a formação, são promovidas visitas de estudo às instalações de algumas empresas e estas são convidadas a fazer palestras na escola.

Algum tempo, antes da realização da formação em contexto de trabalho, dever-se-ão consultar os stakeholders sobre que áreas de conhecimento, técnicas e procedimentos devem ser reforçadas juntos dos alunos, de forma a ir ao encontro das necessidades da empresa/Instituição e que, simultaneamente, permita melhorar o perfil do aluno, tornando-o mais apto para o mercado de trabalho.

Após a realização da formação em contexto de trabalho, realiza-se um inquérito de satisfação aos stakeholders e aos alunos através de contactos personalizados através do diretor de curso e indiferenciado através do inquérito de satisfação

### 3.3 Medidas a tomar (Plano de Ações de Melhoria)

Para além dos indicadores anteriores, existem alguns indicadores cuja análise se considera relevante: Análise do grau de satisfação dos formandos, stakeholders externos e empregadores

A satisfação dos empregadores face aos formandos que integraram nos seus quadros, nomeadamente nas cinco dimensões sugeridas (Competências técnicas inerentes ao posto de trabalho; Planeamento e organização; Responsabilidade e autonomia; Comunicação e relações interpessoais; e Trabalho em equipa) apenas é recolhida de forma informal, junto das Empresas/instituições com as quais se mantém a continuidade da formação em contexto de trabalho e que empregaram alguns dos ex-formandos. Estes dados passarão doravante a ser recolhidos e registados formalmente.

Recolha de depoimentos de ex-formandos, através de pequenos vídeos, para divulgação e promoção do curso junto de alunos do 9º ano.

### 3.4 Revisão e avaliação do documento base

Dever-se-á continuar a avaliar resultados, ampliando, contudo, essa avaliação para a comparação com os resultados nacionais nas provas de avaliação externa e com os obtidos por instituições escolares vizinhas do Agrupamento, nomeadamente as dos concelhos limítrofes.

A equipa de avaliação procurará:

- Elaborar uma estratégia de avaliação sistemática e objetiva da atitude dos alunos perante a escolaridade e dos processos pedagógicos e organizacionais inerentes à concretização PE;
- Desenhar, em conjugação com os órgãos de gestão central e intermédia, uma estratégia de avaliação das práticas de desenvolvimento curricular e de avaliação de alunos;
- Desenhar também o modelo, objetivos e processos para avaliar o presente PE, no que aos Cursos Profissionais respeita.

Cofinanciado por:

## 4 Sistema de Garantia da Qualidade (SGQ)

### 4.1 Explicitação das fases

A implementação do Sistema de Garantia da Qualidade do Agrupamento de Escolas de Almeirim, alinhado com o Quadro de referência EQAVET pretende promover uma cultura de melhoria contínua e de envolvimento dos stakeholders (internos e externos) nos processos de garantia da qualidade. Estes pressupostos conduzirão a um aumento da responsabilidade dos diversos stakeholders, mas também a um reforço da notoriedade do trabalho desenvolvido e da confiança no Ensino e Formação Profissional (EFP) do Agrupamento e em geral.

O alinhamento do processo com o quadro EQAVET pressupõe a adoção dos seus componentes fundamentais: os critérios de qualidade e os descritores indicativos; os indicadores de referência; e o ciclo de garantia e melhoria da qualidade.

Este ciclo aporta o desenvolvimento de uma perspetiva cíclica de análise e contextualização dos descritores e indicadores descritivos dos processos passando por quatro fases: planeamento, implementação, avaliação e revisão. Nestas fases, e de modo integrado, são considerados também a forma de envolvimento dos stakeholders internos e externos e análise da melhoria contínua da EFP utilizando os indicadores selecionados.

### 4.2 Definição dos objetivos e metas a alcançar (a um e a três anos)

A definição de objetivos e análise dos mesmos está vertida no Plano de Ação, onde se procura contextualizar as atividades a desenvolver com as metas contratualizadas com o POCH.

Este plano de ação, em conjunto com o Plano de Ação de Melhoria, foi realizado numa primeira fase para implementar o SGQ, com um conjunto de indicadores circunscrito, mas prevê-se que se alarguem os eixos de análise com o aprofundamento dos processos ora encetados com este processo.

### 4.3 Definição do conjunto de indicadores a utilizar

Neste primeiro ciclo de implementação do sistema EQAVET, iremos trabalhar um conjunto reduzido de indicadores que, numa abordagem de processo-produto/resultado, permita a obtenção de informação que sustente a fase de revisão no processo cíclico de melhoria contínua da oferta de Ensino Profissional. Pretendemos, por isso, dada a importância da promoção do sucesso educativo, da empregabilidade jovem e da melhoria dos percursos de transição escola-emprego, priorizar os indicadores EQAVET propostos pela ANQEP:

- Taxa de conclusão em cursos profissionais (indicador n.º 4 do EQAVET - a) Percentagem de alunos/formandos que completam cursos profissionais no tempo certo (isto é que obtêm uma qualificação) em relação ao total dos alunos/formandos que ingressam nesses cursos);
- Taxa de colocação após conclusão de cursos profissionais (indicador n.º 5 do EQAVET - a) Proporção de alunos/formandos que completam um curso profissional e que estão no mercado de trabalho, em formação (incluindo nível superior) ou outros destinos, no período de 12-36 meses após a conclusão do curso);
- Utilização das competências adquiridas no local de trabalho (indicador n.º 6 do EQAVET - a) Percentagem de alunos/formandos que completam um curso profissional e que trabalham em profissões diretamente relacionadas com o curso/área de Educação e Formação que concluíram, b) Percentagem de empregadores que estão satisfeitos com os formandos que completaram um curso profissional).

#### 4.4 Identificação das práticas de gestão a utilizar face aos objetivos e metas a alcançar

**Planeamento** - Apresentação dos objetivos/ metas no PE.

Atualização dos conhecimentos técnicos ministrados na escola, no sentido de proporcionar experiências de aprendizagem inovadoras, recorrendo a novas técnicas e tecnologias, reconhecidas pelo mercado de trabalho e de promover o desenvolvimento de competências exigidas pelo mercado de trabalho nos alunos dos cursos profissionais.

Intensificar o relacionamento com as empresas.

Reduzir o abandono escolar dos alunos.

**Implementação** - Definição de um conjunto de ações no PAA, com o envolvimento dos stakeholders externos para definição de estratégias.

Realização de visitas a empresas e convite a representantes das mesmas para a dinamização de sessões técnicas na escola, de modo a dar a conhecer novas realidades e evoluções técnicas e tecnológicas na área dos cursos ministrados; participação em eventos/feiras das áreas dos cursos.

Relativamente às competências pessoais e sociais exigidas pelas empresas e outras entidades empregadoras, no sentido de promover atividades que permitam desenvolver nos alunos a autonomia, a proatividade, o reforço da capacidade de trabalho em equipa na dinamização de projetos, a importância da elaboração de relatórios e resumos escritos com correção, bem como

o desenvolvimento das competências linguísticas, participando em projetos, realizando apresentações, elaborando currículo vitae.

Envolver os Diretores de Turma / Diretores de Curso e Encarregados de Educação no processo de redução do abandono.

**Avaliação** - Avaliação dos resultados e das ações realizadas pelas diferentes estruturas (equipa pedagógica dos cursos profissionais, grupos disciplinares, equipa de avaliação interna e conselho pedagógico).

Contabilizar as ações realizadas e o grau de satisfação dos intervenientes (formadores e formandos). Para avaliação das competências desenvolvidas, aplicar-se-ão, anualmente, inquéritos de satisfação aos empregadores dos alunos que frequentaram a FCT e que empregaram ex-alunos.

Recolha de sugestões dos stakeholders externos.

**Revisão** - Elaborar planos de melhoria, identificando ações/estratégias que colmatem as dificuldades/resultados detetados.

#### 4.5 Identificação das práticas de gestão a utilizar face aos objetivos e metas a alcançar

Os dados serão recolhidos nas reuniões de trabalho / Conselhos de Turma dos cursos profissionais, mas também pela equipa de autoavaliação e Conselho Pedagógico.

Os resultados serão divulgados em sede de Conselho Pedagógico e de Conselho Geral, bem como apresentados publicamente na página do Agrupamento.

Área de intervenção	Planeamento	Implementação	Avaliação/Revisão
Abandono escolar e absentismo	Intensificar o relacionamento com os encarregados de educação, medido através da definição da taxa média de presenças nas reuniões com os respetivos diretores de turma e na realização de atividade(s) de caráter informativo e/ou lúdica(s) direcionada(s) para os encarregados de educação	Envolver os Diretores de Turma e os outros formadores na deteção do abandono escolar numa fase precoce  Reforçar o papel fundamental dos Encarregados de Educação no acompanhamento do percurso escolar do seu educando, colaborando com os Diretores de Turma na deteção de situações de risco de abandono escolar e do absentismo dos seus educandos;	Proceder à recolha periódica dos dados relativos aos resultados das estratégias implementadas e compará-los com as metas estabelecidas no Projeto Educativo e no Plano de Ação  Procurar estratégias alternativas e implementar planos de melhoria, em colaboração com todos os intervenientes

		Envolver a psicóloga da Escola para que esta promova sessões de acompanhamento do aluno em risco, tendente a dissuadi-lo do abandono escolar e/ou a prevenir o absentismo.	
Taxa de colocação após certificação	Intensificar o relacionamento com as entidades empregadoras através de sessões técnicas, visitas de estudo, estabelecimento de novas parcerias e reforço das existentes, convites para integrar o júri de provas de avaliação.		
Satisfação dos empregadores	Realizar inquéritos de satisfação aos empregadores dos ex-alunos, no sentido de se aferirem pontos fortes e fracos do desempenho destes  Recolher as sugestões e/ou recomendações feitas pelas empresas parceiras em relação às competências a melhorar nos formandos		

#### 4.6 Explicitação das metodologias de recolha de dados e feedback

A recolha de dados será feita por várias vias que concorrem para uma mesma finalidade, a melhoria sustentada dos processos de ensino / aprendizagem e de formação do Agrupamento. Assim, haverá recolha e análise dos dados ao nível:

- da Direção (análise globalizante dos cursos profissionais)
- do Conselho Geral (critérios de funcionamento e políticas estruturantes do Agrupamento);
- da equipa de autoavaliação do Agrupamento (avaliação global do Agrupamento);
- dos Departamentos Curriculares (avaliação ao nível das diferentes disciplinas, desvios face aos resultados previstos)
- dos Diretores de Curso e Conselho de Diretores de Curso (dados por curso profissional);
- da equipa SGQ (avaliação do cumprimento dos indicadores EQAVET);
- dos Conselhos de Turma (dados de cada turma);
- do Conselho Pedagógico (dados associados à disciplina, planificação, avaliação);

Tem havido disponibilização de informação sobre os cursos profissionais ao nível da reunião geral de professores e das reuniões dos diferentes órgãos do Agrupamento.

#### 4.7 Explicitação da estratégia de monitorização de processos e resultados

A reflexão sobre os resultados será feita no final de cada período letivo e do ano letivo, consoante a natureza dos dados a analisar, a fim de se (re) definirem estratégias de atuação. Esta reflexão será feita em conselho de turma (CT) e conselho pedagógico (CP).

Os resultados da reflexão do CT deverão ser comunicada ao CP. O CP fará a reflexão sobre os resultados, tomando em consideração os dados fornecidos pelo CQ. No final do ano letivo, o CP, com base na análise final dos resultados, definirá metas para o ano letivo seguinte, que submeterá à aprovação do CG.

As considerações finais devem ser remetidas/ Comunicadas à SGQ a fim de serem tomadas em apreciação nas estratégias de melhoria da qualidade.

#### 4.8 Explicitação das metodologias para análise dos resultados alcançados e definição das melhorias a introduzir na gestão da escola

A análise dos resultados (indicadores) será feita segundo a calendarização definida na tabela de indicadores (em anexo).

A análise das melhorias realizadas será feita nas reuniões de CT previstas no calendário e posteriormente em reunião da equipa do SGQ.

#### 4.9 Definição da informação a disponibilizar relativa à melhoria contínua da oferta de emprego e formação profissional, sua periodicidade e formas de divulgação

Tem sido realizada anualmente uma semana de orientação vocacional e profissional, com participação de empresas e serviços, e entidades de ensino superior, com participação direta dos alunos e docentes dos cursos profissionais (na divulgação da realidade de cada curso). Durante essa semana realizam-se palestras, workshops variados, exposições e mostras com participação ativa das entidades convidadas.

#### 4.10 Fragilidades e fatores chave de sucesso

Quais as fragilidades que se antevêm na implementação do SGQ?

As principais fragilidades que se antevêm na implementação do SGQ são as seguintes:

- Dificuldades inerentes à implementação de novos procedimentos internos (...a mudança gera sempre alguma desconfiança e resistência);
- Acréscimo de trabalho trazido pela necessidade de realização de avaliações periódicas;
- Dificuldades na recolha de dados relativos a alguns indicadores, por dependerem de fatores externos ao agrupamento, nomeadamente no que depende da necessidade de proceder a inquéritos regulares e sistemáticos para apuramento de informações/ dados junto de formandos e entidades empregadoras (...facto que depende da vontade de colaboração de terceiros).

Que fatores chave de sucesso devem ser garantidos para que o processo tenha sucesso?

A garantia do sucesso de todo o processo de implementação do SGQ estará intimamente ligada à capacidade de o agrupamento, em conjunto com os seus *Stakeholders* (internos e externos), fazer uma reflexão contínua sobre os dados que vão sendo apurados, relativamente a cada um dos indicadores em questão, de forma a reorientar estratégias e a melhorar, de forma sustentada, a qualidade do seu serviço.

**ANEXO 1 Indicadores recolhidos pela avaliação interna que poderão servir de suporte a ações de melhoria a aplicar no Ensino Profissional da Escola**

<b>INDICADOR</b>	<b>PERIODICIDADE</b>
<b>RECURSOS HUMANOS DA ESCOLA</b>	
Número de alunos por ano e curso com indicação de género e idade	Anual
Caracterização etária da população escolar	Anual
Distribuição de alunos por curso	Anual
Número de alunos abrangidos pela Ação Social Escolar	Anual
Número de alunos com Medidas Adicionais (DL 54/2018)	Anual
<b>AGREGADO FAMILIAR</b>	
Habilitações dos Pais e Encarregados de Educação	Anual
Situação profissional dos Pais e Encarregados de Educação	Anual
Composição do Agregado Familiar	Anual
Nº de Encarregados de Educação que contactaram o DT	Período Letivo
Nº de Encarregados de Educação que estiveram presentes nas reuniões de pais	Período Letivo
<b>INDISCIPLINA NA ESCOLA</b>	
Faltas disciplinares por ano, curso e turma	Mensal
Processos disciplinares por ano, curso e turma	Mensal
Suspensões por ano, curso e turma	Mensal
Presenças da Escola Segura na escola	Mensal
Desacatos - Bullying - Alterações da ordem - por ano, curso e turma dos agressores e dos agredidos	Trimestral
<b>ASSIDUIDADE - ABANDONO</b>	
N.º de faltas (justificadas e injustificadas) por ano escolar, curso e disciplina.	Período Letivo
N.º alunos excluídos por faltas por ano escolar e curso	Anual
Nº de anulações de matrícula por ano escolar e curso	Anual
Taxas de abandono escolar por ano escolar e curso	Anual
N.º de transferências solicitadas para outros estabelecimentos de ensino por ano escolar e curso	Anual
<b>DESENVOLVIMENTO E SUCESSO ESCOLAR</b>	
Índice de execução do processo educativo (aulas previstas e dadas e módulos concluídos)	Mensal
Percentagem de alunos (com apoio/complemento/reforço educativo) com melhoria nas avaliações às disciplinas com apoio	Anual
Taxas de transição escolar	Anual
Taxa de conclusão de curso no número mínimo de anos	Anual
Número de alunos colocados em estágio em empresas ou instituições (de cursos com estágio)	Anual
Notas médias dos estágios e das PAP e PAF	Anual
Média das classificações internas dos alunos, por disciplina	Anual
Sucesso dos alunos com problemas disciplinares	Anual
Sucesso dos alunos submetidos a medidas de recuperação	Anual
Número de módulos feitos e em falta por disciplina	Período Letivo
Percentagem de classificações negativas por ano, curso, turma e disciplina.	Período Letivo
Saídas profissionais e Prosseguimento de Estudos após 12º ano (n.º de alunos). Alunos colocados no mercado de trabalho ou que entraram na faculdade.	Anual